MOTTA, Marly Silva da. Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. **Estudos Históricos** - Cultura Política, Rio de Janeiro, v.13, nº 24, p.351-376, 1999.

Frente e verso da política carioca: o lacerdismo e o chaguismo

Marly Silva da Motta

Pode-se afirmar que, mais do que governadores estaduais, Carlos Lacerda e Chagas Freitas comandaram a formação de importantes correntes da política carioca, a eles diretamente vinculadas — o lacerdismo e o chaguismo. Da mesma maneira, é correto dizer que o lacerdismo e o chaguismo não podem ser tratados como meras correntes políticas, uma vez que se tornaram referências paradigmáticas de diferentes concepções e padrões de atuação na política carioca e nacional.

Com uma administração avaliada positivamente até mesmo por desafetos, Carlos Lacerda, o primeiro governador da Guanabara, tornou-se o grande patrono das duas últimas eleições para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.[1] Já no imaginário político nacional, ele ocupa o lugar de temido "demolidor de presidentes" (Motta, 1996). Simbolizando um tipo de oposição política marcada pela virulência dos ataques, verdadeira metralhadora giratória que mudava de alvo sem parar de atirar, Lacerda continua a ser referência constante nos momentos de crise política, mantendo-se como fonte, ao mesmo tempo, de inspiração, para o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães,[2] e de preocupação, para o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para quem o lacerdismo representaria "a ânsia de quebrar regras, de desrespeitar o voto popular".[3]

Dono de três mandatos parlamentares, recordista de voto, já que foi o deputado federal mais votado no país em 1966, duas vezes governador — primeiro, do estado da Guanabara (1971-75), e depois do estado do Rio de Janeiro (1979-83) — Chagas Freitas,

ao contrário de Lacerda, foi relegado ao esquecimento, como se sua atuação política de corte local, baseada na prática do favor e do clientelismo, não combinasse com os referenciais da cultura política da cidade do Rio de Janeiro, "caixa de ressonância do Brasil".

O objetivo desse artigo é mostrar que os lugares que os ex-governadores Carlos Lacerda e Chagas Freitas ocupam na memória política carioca não só indicam a maneira pela qual cada um construiu sua própria trajetória, mas principalmente revelam elementos importantes da cultura política do Rio de Janeiro.

Para a discussão dessas hipóteses de trabalho, contamos, entre outras fontes, com os depoimentos orais concedidos ao CPDOC-FGV por um expressivo grupo de políticos cariocas e fluminenses. Esse acervo foi particularmente enriquecido graças ao convênio estabelecido entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC, em cujo âmbito foi produzido um conjunto de trabalhos sobre a política carioca e fluminense, abrangendo entrevistas de história de vida com ex-parlamentares que vieram a constituir a série Conversando sobre Política.[4]

Rio de Janeiro: entre a capital e a cidade

Uma das mais bem-sucedidas aproximações entre a antropologia e a história, o conceito de cultura política vem sendo crescentemente utilizado por historiadores para designar um sistema de representações que, fundado sobre determinadas visão de mundo e leitura do passado histórico, e expresso através de discursos, símbolos e rituais, orienta e define formas e padrões de atuação política (Berstein, 1972 e 1997).

No caso específico do Rio de Janeiro, estamos tratando de uma cultura política cujo sistema de representações se vinculou diretamente à *capitalidade*[5] exercida pela cidade por

mais de um século. Como é assinalado pela historiografia sobre a montagem do Estado imperial brasileiro, os dois processos — de construção do Brasil como nação e do Rio de Janeiro como capital — caminharam juntos ao longo do século XIX, em uma relação de interdependência mútua. Foi a partir do Rio de Janeiro, na condição de cidade-capital, que se viabilizou a imposição de um projeto de Estado imperial calcado em algumas diretrizes bem definidas, e que podem ser resumidas em três palavras-chaves: unidade, ordem e civilização (Mattos, 1987). O regime republicano, após um breve período de discussão sobre a possibilidade de transferência da capital para o Planalto Central, investiu na *capitalidade* do Rio de Janeiro, transformando a cidade em vitrine da nação republicana e em laboratório onde foram testados projetos políticos de âmbito nacional (Motta, 1997d).

No entanto, ao lado das funções e dos atributos de sede do governo federal, a capital republicana era também o espaço de representação política da população carioca. Com tutela federal, bancada estadual e administração municipal, o Rio de Janeiro/Distrito Federal transformou-se em uma entidade política e jurídica original no quadro federativo brasileiro. Originalidade que se configurou, por um lado, na constituição de uma identidade política ambígua, já que dividida entre esferas dicotômicas de atuação e de inserção no quadro federativo: federal x local; autonomia x intervenção; política x administração. Por outro lado, estruturou-se um campo político[6] aberto e fragmentado: o Distrito Federal, como os outros estados, elegia representantes para o Congresso Nacional e para a Câmara Municipal, enquanto o prefeito e o chefe-de-polícia eram indicados pelo presidente da República; ao Senado, e não à Câmara Municipal, cabia a apreciação dos vetos do prefeito (Freire, 1998).

Como resultado desse desenho político e institucional, que transformou a capital

republicana em espaço de representação, ao mesmo tempo, do nacional e do local, o campo político carioca se constituiu com uma dupla face. No verso, encontravam-se as atribuições de uma cidade-capital, a qual, na condição de agente da centralização e de baluarte da unidade nacional, deveria se manter distante do localismo, do caciquismo e do provincianismo. No reverso, decorrente da politização de seu campo, pontuado por disputas entre várias esferas de poder, localizavam-se as práticas políticas baseadas em relações de interdependência pessoal e sustentadas por redes clientelistas de bases locais.

A cultura política do Rio de Janeiro seria, pois, construída a partir da convivência, sempre tensa e ambígua, entre esses dois pólos do seu campo político: de um lado, a capital, vitrine da nação e cabeça do país, produtora de lideranças carismáticas, portadoras de um discurso nacionalizador e voltadas para o que se considerava política com *p* maiúsculo; de outro, a cidade, espaço político disputado por lideranças de corte local, comprometidas com uma política considerada miúda.

Um bom indicativo das diferentes dinâmicas que moviam essas duas faces é o resultado das eleições no Distrito Federal/estado da Guanabara entre 1945 e 1962 (Motta, 1997d:344-45). Se a polarização partidária entre a UDN e o PTB se refletia com vigor nas eleições nacionais para o Senado e para a Câmara dos Deputados, para o Legislativo municipal/estadual havia um índice moderado de fragmentação (Lima Junior, 1987:174). Tal fato pode ser explicado, em larga medida, pelo peso que tinha na Câmara de Vereadores/Assembléia Legislativa a representação de interesses localizados em torno de estruturas sindicais-corporativas (funcionários das empresas do Estado, por exemplo) e de certas regiões da cidade (o então chamado “sertão carioca”, entre outras), formando o que se pode chamar de eleitorado cativo, que vota em determinados candidatos

independentemente da filiação partidária ou corrente ideológica.

A dicotomia PTB-UDN, que marcava sobretudo o eixo nacionalizador da política carioca, se representava através de uma forte matriz personalizadora. Principal *locus* de realização da política de Vargas, a cidade foi um forte pólo de oposição a ela; ou seja, ao personalismo getulista do PTB, a UDN carioca se distinguiu por um antigetulismo feroz, que acabou sendo personalizado na figura de Carlos Lacerda. Seria nesse campo político marcado por elementos contraditórios que sinalizavam, no entanto, a predominância de uma vertente nacionalizadora, polarizadora e personalizadora, que Carlos Lacerda e Chagas Freitas iriam trilhar suas carreiras políticas.

De semelhanças e de diferenças

Além de nascidos no mesmo ano de 1914, Carlos Lacerda e Chagas Freitas tiveram em comum o fato de se originarem de famílias de políticos e magistrados, e de pertencerem à mesma geração cuja atuação política foi balizada por um intenso debate ideológico, tal como descrito por Lacerda:

> Na faculdade, o clima era inteiramente politizado (...). Quem convivia com a gente era a turma marxista: eu, Chagas Freitas, Evandro Lins e Silva, ficávamos até de madrugada batendo papo e conversando sobre Marx e Engels (Lacerda, 1978:29)

Apesar das afinidades do tempo de faculdade, Chagas Freitas não chegou a militar na esquerda como Lacerda. Graças à amizade com o ministro da Justiça, Francisco Campos, em 1939 conseguiu ser nomeado para juiz de paz no antigo Estado do Rio, marcando o início de sua longa carreira no ministério público (Sarmento, 1999a). Lacerda, por seu lado, sequer chegou a se formar em direito, passando a se dedicar inteiramente à militância na Aliança Nacional Libertadora. Um artigo seu sobre o Partido Comunista Brasileiro, publicado na edição de janeiro de 1939 da revista *O Observador Econômico e*

Financeiro, foi considerado prejudicial ao partido, e ele foi obrigado a abandonar o círculo de escritores e jornalistas de esquerda. A partir de então, um forte sentimento anticomunista, associado ao antigetulismo trazido dos anos de militância esquerdista, marcaria sua identidade política.

Ideologias à parte, Carlos Lacerda e Chagas Freitas trilharam, como boa parte dessa geração intelectual da capital federal, a rede de caminhos cruzados entre o jornalismo e a política. É bastante conhecido o papel relevante que os jornais ocuparam na conformação da política do Distrito Federal desde a Primeira República, sustentando importantes lideranças, capitaneando correntes de opinião, ocupando, enfim, espaços que pareciam mais afeitos a partidos políticos. O alto grau de alfabetização e de urbanização da população carioca favoreceu, mais do que em qualquer outra região do país, o debate político através da imprensa, que se tornou um dos principais elementos na conquista de capital político[7] necessário para ocupação de espaço no concorrido campo carioca.

Tanto Lacerda quanto Chagas Freitas começaram cedo na atividade de jornalista, e, já no início dos anos 50, eram proprietários de jornais que iriam se transformar em bases de sustentação de suas futuras carreiras políticas. No final de 1949, Lacerda fundou a *Tribuna da Imprensa*, e, um ano depois, seria a vez de Chagas Freitas assumir a direção de *A Notícia*, jornal comprado em sociedade com Ademar de Barros, no intuito de consolidar o PSP no Distrito Federal, e de inflar a futura candidatura presidencial do governador paulista. Em 1951, Chagas fundou *O Dia*, que logo se transformou em um dos jornais mais populares do Rio de Janeiro.

O início da carreira parlamentar de Lacerda e Chagas permite que continuemos o jogo das semelhanças e das diferenças. Vereador mais votado na eleição de 1947, Carlos

Lacerda renunciou um ano depois ao mandato, quando a Lei Orgânica retirou da Câmara Municipal o poder de examinar os vetos do prefeito. Esse episódio se transformou em uma espécie de marca registrada do político emergente que, só em 1955, voltaria à atividade parlamentar. Significativamente, em seu primeiro discurso como deputado federal carioca mais votado em 1954 relembrou o "heróico" sacrifício da renúncia de sete anos atrás. Como bem sabemos, o heroísmo é elemento fundamental para a construção do *carisma* na concepção weberiana (Weber, 1971).

Ao contrário de Lacerda, Chagas Freitas perdeu sua primeira eleição para a Câmara dos Deputados por apenas 29 votos — a única vaga do PSP ficou com Benjamim Farah. Da mesma maneira que o gesto da renúncia viria a se constituir em elemento fundamental para a construção da imagem de Lacerda como um político carismático, a derrota na primeira tentativa de conquistar um cargo eletivo seria utilizada como justificativa para a "obsessão" de Chagas Freitas com o número de votos conquistados nas urnas.

O sucesso e o fracasso que, respectivamente, marcaram o início da carreira de Lacerda e Chagas se relacionam muito de perto com o capital político que cada um detinha, em função, é claro, das especificidades do campo político carioca, fortemente marcado pela polarização, personalização e nacionalização. Orador sem brilho, pouco à vontade nos palanques, e filiado ao PSP, partido de segunda linha no quadro político carioca, Chagas Freitas deveu seu primeiro mandato para a Câmara dos Deputados à eficiente estratégia de propaganda de sua candidatura empreendida pelo jornal *O Dia*. Com cerca de 11 mil votos conquistados em outubro de 1954, ficou, mais uma vez, atrás de Benjamim Farah (Sarmento, 1999a).

Já Lacerda, o tribuno da poderosa UDN, dono de um discurso radical e contundente,

também conquistou em outubro de 1954 seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, só que vencendo a disputa eleitoral mais polarizada e personalizada até então ocorrida no Distrito Federal. Com cerca de 159 mil votos, ficou quase 40 mil votos à frente de Lutero Vargas, filho e herdeiro político do presidente Getulio Vargas, que se suicidara havia apenas dois meses.

Tribuno x mediador

> Como deputado [Chagas Freitas] nunca foi à tribuna, mas escolhia quem ia fazer o discurso. Ia à comissão que tratava do funcionalismo público, mas não ia à tribuna nem entrava em discussões. (Erasmo, 1998:142)

> Um dia, brincando, eu perguntei a ele [Lacerda]: 'Você teria coragem de comparecer a uma reunião do pessoal do PTB, do Getulio, dos comunistas?' 'Bom, se eu conseguir falar cinco minutos, eu consigo dominar'. Ele tinha essa coisa, ele falava. (Brunini, 1994:50)

As referências de Erasmo Martins Pedro, vice-governador de Chagas Freitas na Guanabara, e do ex-deputado Raul Brunini, um dos mais próximos colaboradores de Carlos Lacerda, são bastante reveladoras da diferença básica que caracteriza o universo das capacidades exigidas aos profissionais da política: de um lado, a capacidade de *debater*, necessária na mediação entre os iguais; de outro, o domínio de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável na conquista das massas (Bourdieu, 1990:168-70).

Se não se destacava como *tribuno*, papel que exigia boa retórica para inflamar as massas, Chagas manejava bem o instrumental do *debate*, do convencimento e da agregação. Por isso mesmo, conhecedor de seus limites e de suas possibilidades, se poucas vezes subiu à tribuna parlamentar para discursar, soube ocupar os espaços privilegiados de mediação e de negociação existentes no Parlamento. Era o caso da Comissão de Constituição e Justiça, uma das comissões parlamentares permanentes de maior importância na dinâmica do

Legislativo federal, para a qual foi indicado pela liderança do PSP. Aliás, o reconhecimento de que sua ascensão dependia, em larga medida, do capital que lhe seria delegado pelo partido político (Bourdieu, 1990:192) fez com que Chagas Freitas tratasse a estrutura partidária como um dos principais elementos de sua ação política.

Na Comissão de Constituição e Justiça, lugar tradicionalmente reservado aos deputados com bom trânsito político e reconhecida capacidade de diálogo e negociação, Chagas Freitas desenvolveu uma estratégia que se revelou bem-sucedida politicamente. Ao acompanhar internamente a tramitação das matérias legislativas, manobrava para aparecer como co-responsável pela aprovação das medidas que beneficiavam especialmente setores expressivos de seu eleitorado, como o funcionalismo público. (Sarmento, 1999b:60).

Já Carlos Lacerda, depois da curta experiência parlamentar na Câmara Municipal, dedicou-se à *Tribuna da Imprensa*, de onde comandou implacável campanha contra o presidente Vargas, que foi decisiva para o fim antecipado do seu governo. O fato de ter sido considerado o “assassino de Vargas” não impediu, no entanto, que, em outubro de 1954, apenas dois meses depois do suicídio do presidente, derrotasse Lutero Vargas na disputa pelo posto de deputado federal mais votado do Distrito Federal.

Na Câmara dos Deputados, onde permaneceu de 1955 a 1960, Carlos Lacerda foi o tribuno implacável, temido pelos rivais e adorado pelos seguidores. Reconhecido como o mais brilhante orador de uma das mais brilhantes gerações de políticos brasileiros, colocou à prova toda a sua capacidade de manejar as palavras por ocasião do pedido de cassação de seu mandato parlamentar. A partir da acusação de ter divulgado documentação secreta do Itamarati — Lacerda lera, na sessão de 27 de março de 1957, um telegrama cifrado que fazia referência a um inquérito envolvendo João Goulart em uma transação de madeiras

para a Argentina —, foi enviada mensagem à Câmara pedindo licença para processar o então líder da UDN por crime contra a Lei de Segurança Nacional. Acatado pela Comissão de Justiça, o processo de cassação seguiu para a Câmara. Na véspera do seu julgamento, a 15 de maio, Lacerda proferiu um violento discurso cuja tônica repousou, mais uma vez, na metáfora do sacrifício:

> Há certos exemplos, há certos sacrifícios que participam da natureza daquele processo que se efetua com as sementes: elas primeiro precisam morrer no fundo da terra escura, para que delas desabrochem os frutos da sua morte aparente. Se assim o entender a Maioria, faça do atual líder da UDN o exemplo de uma semente de uma nova e verdadeira democracia no Brasil, que, esta, jurei defender e defenderei ao preço de qualquer sacrifício (Carlos Lacerda apud Motta, 1997d:153).

Deixando de lado a habitual discrição com que vinha marcando sua atuação na Cãmara, Chagas Freitas, como membro da CCJ, ocupou a tribuna para proferir um dos poucos discursos de sua carreira parlamentar. Depois de um longo parecer jurídico sobre a questão das imunidades parlamentares, ao mesmo tempo em que frisava a ausência de qualquer tipo de "solidariedade política ou afinidade ideológica" com Lacerda, aproveitou para marcar posição favorável à inviolabilidade de seu mandato:

> Não comungo das idéias políticas do citado representante carioca. Pertenço a um partido que tem sido injusta e rudemente hostilizado por S. Exa. Sempre condenei publicamente a pregação revolucionária desse ilustre colega, quando advogava um regime de exceção entre nós. E jamais pude concordar com a violência das expressões por S. Exa. empregadas nesta Câmara ou fora dela contra personalidades da vida pública brasileira. Não é, portanto, nem a solidariedade política, nem a afinidade ideológica que me leva ao pronunciamento que ora faço. Sou movido, neste instante, apenas por um sentimento de respeito ao Direito e à Justiça, que devem pairar acima de quaisquer outros de ordem meramente política (Sarmento, 1999b:60).

Entre outras conseqüências, o episódio da pretendida cassação do mandato de Lacerda deixou clara a disputa dentro do campo político carioca entre dois padrões e estilos de atuação política: de um lado, Chagas Freitas, investindo na imagem de articulador hábil,

de negociador flexível, capaz de conciliar mesmo com aqueles que, como Lacerda, o haviam "rudemente hostilizado"; de outro, Carlos Lacerda, o polemista, dono de uma voz sonante e de uma oratória demolidora, cuja palavra, como diz um contemporâneo, "cortava os ares como rajadas de fogo" (Dario de Almeida Magalhães apud Motta, 1997d:153).

Não resta dúvida de que a força da voz e da imagem de Lacerda ameaçava o governo, tanto que este já tomara providências para impedi-lo de falar pela televisão ou pelo rádio, baixando uma portaria pela qual os concessionários eram proibidos de transmitir programas obscenos ou insultuosos às autoridades públicas. Essa medida preventiva destinada a afastar Lacerda dos meios de comunicação visava, sem dúvida, a exorcizar o fantasma do *tombeur de présidents*. Em agosto de 1954, o atentado de que foi vítima na porta da sua casa, na rua Toneleros, havia sido o golpe fatal no cambaleante governo Vargas que, à renúncia, preferira a morte. Em novembro de 1955, fora ele a liderança civil do movimento que tentara impedir a posse de Juscelino Kubitschek, o presidente recém-eleito.

Em depoimento prestado a apenas um mês de sua morte, Lacerda reiterava sua concepção da política como o palco dos grandes debates e dos grandes temas, onde pontuavam a figura do ator político e da opinião pública em clima de tensão e crise:

> Não tenho nenhuma saudade da vida pública 'democrática'. Tenho, sim, certo orgulho daqueles momentos de crise, quando então a democracia funcionava e a opinião pública existia. Então a gente sentia a grandeza do processo democrático. Mas nos momentos em que não havia crises, a rotina da vida democrática era monótona, triste, melancólica, a um ponto quase exasperante (Lacerda, 1978:238).

Fiel a uma concepção radical da política, Lacerda apostou no acúmulo de capital político pessoal, sobretudo de origem carismática, estabelecendo com o seu partido, a UDN, uma relação totalmente diferente daquela mantida por Chagas Freitas. Enquanto para este a política era uma atividade cotidiana e rotineira, que requeria paciência e habilidade

para a negociação, quase sempre longa e difícil, Lacerda nunca escondeu o profundo desamor pela rotina "monótona, triste e exasperante da vida democrática".

POLÍTICA x política

> A conversa política sempre me foi extremamente monótona, porque nos meus momentos de ócio tenho muito mais conversa do que isso, e quando estou trabalhando não tenho tempo para conversar política. De maneira que talvez até tenha cometido um erro. Desprezei muito a política nesse sentido. (Lacerda, 1978:236)

> Era muito importante verificar se nesses pleitos havia choques entre deputados da mesma área, porque às vezes dois ou três deputados pediam a mesma coisa, mas não queriam que aquilo fosse feito sob patrocínio do outro. O que nós tínhamos que fazer nesse caso? Dar uma obra para um e outra obra para outro, de modo que todos ficassem satisfeitos. (Erasmo, 1998:139)

Os depoimentos acima ilustram bem as diferentes concepções de política que tão profundamente separaram Carlos Lacerda e Chagas Freitas ao longo de suas carreiras no Legislativo e no Executivo do Rio de Janeiro. Se, para o primeiro, a política só tinha grandeza quando significava a arte de enfrentar crises, para o outro, era a atividade miúda de conciliar interesses, aparar arestas e agregar objetivos. Tanto um quanto outro tiveram oportunidade de colocar em prática suas diferentes concepções e padrões de negociação política, especialmente no exercício de seus mandatos no Executivo carioca.

Em 1960, Lacerda lançou sua candidatura ao governo do ex-Distrito Federal, palco de sua vida política, e que se transformara no estado da Guanabara. Como candidato a ocupar o Executivo carioca — o primeiro a ser eleito diretamente pelo povo —, teria que demonstrar ser capaz de conciliar a arte da retórica política, na qual era um mestre, com o saber administrativo, no qual era um novato. Ao carisma do tribuno deveria, enfim, juntar a capacidade de enfrentar a atividade rotineira da administração pública. Não foi por acaso que o publicitário Emil Farah, veterano de campanhas políticas, lhe deu a chave do sucesso: "Você não é mais candidato à Câmara Municipal. Largue o bordão. Pegue um tijolo e diga

‘vou construir’” (Apud Dulles, 1992:362).

Desse modo, é fácil compreender porque um dos principais desafios de Lacerda, tanto na campanha eleitoral quanto no governo da Guanabara, seria o de se mostrar capaz de conciliar a “Política”, ligada aos momentos de crise, com a “política”, voltada para a rotineira costura de alianças e a composição de interesses, indispensável para a tarefa de construção político-administrativa do mais novo estado da federação.

Nesse sentido, a vitória apertada que conseguiu sobre o candidato do PTB-PSB, Sergio Magalhães, revela, em certa medida, a dificuldade do futuro governador em conciliar a vibração do palanque, quando seduzia o eleitorado, com a paciente e nada *glamourosa* rotina dos acordos e alianças que ele desprezava, mas que era necessária para uma boa *performance* eleitoral. No início da campanha, Lacerda seguiu os conselhos do publicitário, e investiu na construção de apoios à sua candidatura, começando com a pacificação da UDN carioca, e prosseguindo com a formação de uma aliança de pequenos partidos em torno de seu nome. Nesse momento, recusou também a nacionalização e a radicalização da campanha, tal como proposta pelo seu maior concorrente, líder da corrente nacionalista de esquerda na Câmara dos Deputados, preferindo se fixar nos “problemas da Guanabara nascente”. (Motta, 1997d).

Apesar desse investimento inicial em construir uma nova imagem, a do candidato capaz de fazer a política “miúda”, Lacerda acabou se elegendo com uma pregação sobre a necessidade de a Guanabara preservar o seu tradicional papel de *locus* da Política, aquela identificada com figuras de projeção nacional que “pensavam grande”, e desligada, portanto, da política menor de “conchavos”. Nesse sentido, o discurso por ele pronunciado na cerimônia em que recebeu o cargo de governador é bem ilustrativo do tipo de atuação na

esfera política, por ele entendida como um campo de luta:

> Se não me derem os recursos de que careço (...) restar-me-á sempre um serviço do qual ninguém me pode privar senão Deus — e não hesitarei em lançar mão dele: concentrar-me por inteiro numa só tarefa, transformar o governo numa labareda para atear fogo aos castelos de papelão dos políticos desonestos... (Carlos Lacerda apud Motta, 1999c:43)

A promessa de "transformar o governo numa labareda" não parecia um bom começo para quem precisava mostrar disposição de negociar, uma vez que este era um dos fatores primordiais para o sucesso do projeto de transformar a antiga capital federal no mais novo estado federado. Essa dificuldade do governo Lacerda nas tarefas de articulação política aparece claramente nos depoimentos de políticos que lhe eram bem próximos, como o ex-deputado Mauro Magalhães:

> Tudo porque ele [Lacerda] era um trator, que passava por cima, que atropelava quem estivesse na sua frente, que fazia grandes e memoráveis campanhas, mas detestava fazer o que se chama de política. Nunca, aliás, escondeu isso de ninguém. O fato é que nunca fez essa política de conversa, do disse-que-disse (Mauro Magalhães apud Motta, 1999c:44).

O desprezo que Lacerda nutria pela "política de conversa" foi, certamente, um dos fatores explicativos tanto do seu áspero relacionamento com a UDN, quanto da tensa e delicada relação que seu governo manteve com os demais poderes. O caso mais exemplar dessas dificuldades foi o da aprovação das contas do governo no final de 1963.

A composição da nova Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, eleita em outubro de 1962, não favorecia a montagem de uma sólida maioria governista, uma vez que, tendo a UDN apenas um deputado a mais que o PTB, era premente a necessidade de buscar apoio nos pequenos partidos, que logo perceberam o poder de barganha que tinham nas mãos. Não é difícil prever que o preço dessa negociação seria especialmente alto para Lacerda, que precisava contar com apoio parlamentar sem provocar, no entanto, qualquer

embaraço à imagem de governante “ausente” dos acertos político-partidários. Vários depoimentos sobre a forma do governador negociar politicamente destacam esse tipo de procedimento: “Quando o Lacerda se sentia obrigado a ceder para poder governar, ele se ausentava do governo por alguns tempos, passando a responsabilidade ao vice, Rafael de Almeida Magalhães” (Duque, 1998:70).

O fato é que o fraco desempenho na negociação político-partidária resultou em um sério desastre político para o governador, que não conseguiu, ao longo de 1963, aprovar as contas do estado na Assembléia Legislativa. No final de outubro, as contas foram rejeitadas pela Comissão de Finanças, ficando o julgamento final a cargo do plenário, onde o governo teria que conquistar a maioria simples de 28 votos. O último dia de 1963 foi dramático na Assembléia Legislativa. Os ânimos se acirraram a tal ponto que o deputado udenista Edson Guimarães deu um tiro para o alto. A sessão foi encerrada à meia-noite, e, para terminar, um grupo de deputados tocou fogo nos papéis espalhados pela Assembléia (Talarico, 1998:199).

Nem mesmo as perspectivas abertas com a vitória do golpe de 1964, que arrancou o petebista João Goulart da presidência e nela colocou o general Castelo Branco, de notória filiação ao ideário udenista, tiraram Lacerda do canto do ringue de onde avaliava a arena política. Inconformado com a prorrogação do mandato do presidente Castelo, e a austera política implantada pela equipe econômica formada pela dupla Octavio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, rejeitou acenos para um possível entendimento com o governo militar, partiu para uma linha de severa oposição, e, finalmente, se aproximou de antigos rivais — Juscelino Kubitschek e João Goulart —, formando a efêmera Frente Ampla, que acabou por lhe custar a cassação dos direitos políticos em 1969. Como bem avaliou Erasmo Martins

Pedro, Lacerda era “um criador de arestas” (Erasmo Martins Pedro, 1998:86), o que, em política, tem um significado e um sentido bastante precisos: a pouca disposição para a arte de *debater*, de negociar, de ceder.

Privilegiando o verso da política carioca, ainda profundamente marcado pelos elementos tradicionais da personalização, polarização e nacionalização herdados do antigo DF, e desprezando o reverso, aquele ligado à rotina “monótona” da articulação e negociação políticas, Lacerda não foi capaz, ao contrário de Chagas Freitas, como veremos adiante, de construir uma estrutura político-partidária duradoura. Nesse sentido, é bastante pertinente a avaliação feita pelo ex-deputado Paulo Duque, ao comparar os diferentes padrões de atuação dos dois ex-governadores: “Chagas Freitas fazia questão de ouvir, de atender os deputados. O governador Carlos Lacerda não fazia questão nenhuma disso; pelo contrário, não gostava . Isso mostrava o seu desapreço pela classe política” (Duque, 1994, fita 6-A).

A excepcional votação obtida por Chagas Freitas em 1958 — saltou de menos de 11 mil para 95 mil votos, ficando atrás apenas dos 143 mil dados a Carlos Lacerda — resultou de uma dupla fonte de dividendos eleitorais: de um lado, a máquina de propaganda representada pelos jornais *O Dia* e *A Notícia*; de outro, uma competente e hábil política de agregação de políticos que controlavam bases eleitorais localizadas, quer em termos espaciais — bairros, subúrbios, zonas —, quer em termos setoriais — funcionários públicos, grupos religiosos, entre outros.

O sucesso dessa estratégia de atuação na política “miúda” dependia, em boa medida, da redução do impacto da nacionalização, da personalização e da polarização do debate político sobre o eleitorado carioca. Em 1958, o discurso e a prática política de Chagas

Freitas, voltados para parcelas pulverizadas do eleitorado — “aposentados, inativos, pensionistas, militares, donas-de-casa” —, puderam encontrar um espaço de representação mais alargado (Sarmento, 1999b:61-68).

Nesse sentido, não é difícil entender a redução da votação de Chagas Freitas em 1962, naquela que foi a eleição mais polarizada, personalizada e nacionalizada que o ex-Distrito Federal, agora estado da Guanabara, jamais havia presenciado: as votações individuais de Leonel Brizola (26,4%) e de Amaral Neto (12,1%) concentraram quase 40% do eleitorado, e Chagas, terceiro colocado, conquistou “apenas” 56.657 votos (5,5%).

Aliás, os eventos que marcaram a conjuntura da primeira metade da década de 1960 não foram favoráveis ao fortalecimento da posição de Chagas Freitas como uma importante chefia da política carioca. A começar pela eleição de Carlos Lacerda, a qual, marcada pela lógica nacional, não favorecia o funcionamento de esquemas político-eleitorais baseados na representação de interesses localizados. A radicalização política que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros e à posse do vice, João Goulart, resultou em crescente nacionalização dos conflitos políticos no estado da Guanabara, com a polarização UDN/Lacerda x PTB/Brizola reduzindo as possibilidades de bom desempenho eleitoral de legendas como a do PSP. Daí, a decisão de Chagas Freitas de ir para o PSD, contando com as boas relações que estabelecera com Tancredo Neves.

A sensível redução de sua votação em outubro de 1962 seria o primeiro sinal das dificuldades que teria que enfrentar mais adiante, em tempos marcados por uma crescente radicalização que acabou desembocando no golpe militar de 1964. Bastante prudente, Chagas não demorou a apoiar a auto-proclamada Revolução, preservando, assim, o próprio mandato parlamentar e a circulação de seus jornais, que mantiveram o perfil de porta-

vozes de reivindicação de melhorias para determinadas categorias profissionais e regiões da cidade.

A opção pelo MDB acabou selando seu futuro destino político. Percebendo o comportamento do eleitorado local diante do bipartidarismo então imposto, Chagas procurou se apresentar como um político que se alinhava com a oposição ao regime, guardando, porém, extrema precaução quanto a qualquer possibilidade de radicalização. Para o partido oposicionista, levou seus dois principais capitais políticos — uma bem montada rede de apoios locais e a máquina de propaganda de seus jornais —, que acabaram lhe rendendo, em novembro de 1966, a maior votação para deputado federal de todo o país (Sarmento, 1999b:69-91).

Pela primeira vez, a candidatura Chagas Freitas navegou na corrente nacionalizadora do debate político na cidade, conseguindo se beneficiar da tradicional polarização do eleitorado carioca, que manifestou claramente sua oposição ao governo militar. Por outro lado, a repressão política determinada pelo AI-5 de dezembro de 1968, ao afetar profundamente o campo político carioca através do expurgo dos políticos mais radicais do MDB, abriu caminho para que, em um primeiro momento, Chagas pudesse "empalmar" o partido majoritário na Assembléia Legislativa, e, posteriormente, conseguir sua eleição para o governo da Guanabara.

O ano de 1969 marcou um momento de endurecimento do regime: desde o AI-5, o Legislativo havia sido posto em recesso; em agosto, o presidente Costa e Silva, por motivo de doença, havia deixado o cargo e sido substituído por uma junta militar; em outubro, uma nova e severa Constituição fora imposta ao país, e o presidente Médici assumira a presidência com um discurso que claramente privilegiava os "técnicos" em detrimento dos

"políticos" (Santos, 1971). Dessa forma, é fácil entender que, para atingir o duplo objetivo que traçara para a sua futura trajetória política — "empalmar" o MDB e ser eleito governador da Guanabara pela Assembléia Legislativa —, Chagas Freitas teria que exercer, com a sua proverbial habilidade, a atividade "rotineira" e "monótona" de fazer política.

As tarefas de conciliar interesses e de agregar objetivos ligaram-se, em um primeiro momento, ao objetivo de conquistar o MDB "acéfalo", como bem define o jornalista Pedro do Coutto (Ferreira, 1998:49). Livre de muitos concorrentes, cassados ou restringidos em seus recursos de atuação, Chagas empreendeu uma cuidadosa partilha do espaço político-eleitoral, como fica claro pelo depoimento de Erasmo Martins Pedro:

> Foi feita então uma checagem dos elementos que poderiam constituir o partido, de acordo com o prestígio de cada um na sua zona eleitoral. A cada um deles, foi entregue um livro para colherem filiações. Normalmente, quem ficava com essa atribuição era um futuro pleiteante da deputação estadual ou federal. (Erasmo, 1998:118-19).

Em seguida, era necessário que Chagas Freitas não só estabelecesse um bom relacionamento com seus eleitores, ou seja, a bancada estadual do MDB eleita em 1966, como garantisse a seus aliados uma folgada vitória nas eleições parlamentares de novembro de 1970. Reduzido o espaço de debate das grandes questões nacionais em função da rígida censura imposta à propaganda eleitoral, essas eleições se caracterizaram, em boa medida, pela representação de interesses localizados, que encontraram abrigo no guarda-chuva protetor oferecido por Chagas Freitas. Em torno de sua chefia e do jornal *O Dia* aglutinou-se um expressivo número de políticos do MDB, os quais viriam a constituir o que ficaria conhecido como "grupo chaguista".

Para manter esse grupo coeso em torno de sua chefia, Chagas Freitas, ao contrário de Lacerda, que capitalizava de maneira personalista todas as obras do governo, fazia

questão de compartilhar com os deputados os dividendos eleitorais delas resultantes, objetivando, é claro, consolidar-se como o ponto central de articulação de uma vasta rede clientelista:

> Na hora da inauguração das obras, Chagas marcava uma data para um deputado e outra data para outro. Na data de um, o outro ficava lá no canto dele. *O Dia* dava cobertura, Chagas ia pessoalmente e dizia: "Vocês podem agradecer ao deputado fulano de tal pelo que ele tem feito no interesse da zona". O deputado levava os seus cabos eleitorais, o seu pessoal. Na outra data, em outra obra, era a mesma coisa, com o outro deputado. Isso redundava em prestígio para os deputados e para o Chagas. (Erasmo, 1998:139)

No entanto, o principal desafio a ser enfrentado por Chagas Freitas seria o de aparar as arestas, o que, naqueles idos de 1970, significava convencer certos setores militares a aceitarem, no governo do estado que era o mais importante centro político do país, um político oposicionista dos "velhos tempos". Contando com o apoio de Orlando Geisel, ministro do Exército e seu amigo de velha data, e utilizando *O Dia* como veículo de combate ao chamado "terrorismo" e de propaganda dos "feitos da revolução", Chagas Freitas conseguiu, depois de longa e delicada negociação, evitar a anunciada intervenção militar na sucessão de Negrão de Lima e obter a aprovação do governo Médici para a sua candidatura ao governo da Guanabara em outubro de 1970 (Motta, 1999a)

Para além das relações pessoais, o aval que o ministro do Exército deu à eleição de Chagas Freitas relacionou-se de perto com o seu perfil de político local. Elemento importante na configuração do regime militar a partir de 1968, o reforço da *capitalidade* de Brasília (Vesentini, 1986) requeria um correspondente processo de esvaziamento das funções de capital até então exercidas de fato pelo estado da Guanabara. Para tanto, nada melhor que um político que "se lixava para a política nacional" (Mello Franco apud Motta, 1999e:14).

Aqui também Lacerda e Chagas Freitas revelam o verso e o reverso da política

carioca: enquanto o primeiro, apostando na política nacional, fez da Guanabara um *estado-capital* (Motta, 1999d), o outro, mais à vontade na estruturação do poder local, investiu na efetiva estadualização da ex-capital (Motta, 1999e).

Montanha x morro

Esses diferentes estilos de atuação política não só marcaram as trajetórias que Lacerda e Chagas traçaram para suas carreiras, como resultaram em projetos diferentes para o estado que governaram. Enquanto o primeiro queria conquistar a "montanha", e, portanto, apostou na Guanabara como uma plataforma capaz de fazer decolar sua candidatura ao Palácio do Planalto, Chagas Freitas, que preferia o "morro", investiu na construção de uma estrutura de estado para a Guanabara, ou seja, na montagem de uma sólida rede política local.

Desde a campanha para o governo da Guanabara, Lacerda havia deixado claro que pretendia conciliar o passado do Rio de Janeiro como cidade-capital com seu presente e futuro de estado da Guanabara. Daí a ênfase em que o processo de transformação da ex-capital em estado federado não deveria significar a sua provincianização (Corbin, 1992); ou seja, o Rio deveria continuar a encarnar a síntese da nação, a exercer a função de cabeça do país, a ser, como se diz até hoje, a "caixa de ressonância" dos problemas nacionais. Como ex-capital de direito, porém ainda capital de fato, a Guanabara deveria ocupar um lugar todo especial na federação, e seu governador deveria, por isso mesmo, ter uma estatura nacional, capaz de fazer a indispensável ponte entre a política estadual e a nacional.

Não por acaso, a especificidade da Guanabara na federação foi o tema de abertura do discurso que proferiu na cerimônia de sua posse no cargo de governador, em 5 de dezembro de 1960:

Entre todas as unidades que formam a indissolúvel nação, o estado da Guanabara é

dos mais responsáveis, e, sem dúvida, o mais preparado para influir na condução geral do país. Pela composição de seu povo, soma de todos os povos do Brasil; pela sua vocação atlântica que lhe dá um sentido universal da política, que lhe aguça a sensibilidade sem lhe particularizar paixões provincianas; pelas suas tradições de antiga capital, ainda não substituída pela aglomeração de prédios na qual, contrafeitos, acampam os três poderes da República; pela novidade impetuosa de sua ascensão à categoria de estado federado, a unidade que nos incumbe governar estará em condições de cumprir os seus deveres para com a generosa pátria comum que nos abriga (Apud Motta, 1997c:187)

A mensagem não poderia ser mais clara: o novo estado não deveria ser apenas mais uma estrela na bandeira brasileira, uma vez que as "tradições de antiga capital" o teriam tornado a unidade federativa mais preparada "para influir na condução geral do país". Sem jamais ter deixado de lado a política nacional — foi o pivô da crise política que em 1961 acabou resultando na renúncia de Jânio Quadros e na complicada posse do vice, João Goulart —, Lacerda dedicou seus dois primeiros anos de mandato à construção de uma estrutura de estado para essa unidade federativa especial que era a Guanabara.

Esse processo de estadualização da Guanabara, com seus limites e especificidades, sofreu uma forte inflexão em 1963, devido ao acirramento da campanha presidencial que fez da ex-capital o *locus* privilegiado de confronto entre os dois principais candidatos: Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, ex-presidente da República e construtor de Brasília. Como elemento-chave de sua campanha, o governador carioca investiu na reafirmação da antiga *capitalidade* da Guanabara em detrimento de sua nova condição de ente federativo. Desse modo, o espaço político carioca, mais uma vez, serviu de teste para um novo experimento, o de *estado-capital*, já que era como governador de um estado "síntese dos problemas brasileiros" que Lacerda esperava conquistar o eleitorado do país. Contra a Novacap, curinga do ex-presidente, Lacerda pretendia jogar o ás da Belacap.

Candidato assumido à eleição presidencial prevista para 1965, Lacerda, a partir de 1963, não só relegou a segundo plano o processo de estadualização da Guanabara, como

reforçou os elementos tradicionais da cultura política da ex-capital federal: a personalização, a polarização e a nacionalização. Seu projeto de fazer da Guanabara um *estado-capital*, colocando em primeiro plano a *capitalidade* ainda exercida de fato pela cidade do Rio de Janeiro, tinha um objetivo e teve um efeito. Como *estado-capital*, a Guanabara deveria ser, tal como o Rio de Janeiro fora no passado, a vitrine da nação, onde o candidato-governador pretendia expor os feitos de sua administração. No entanto, ao reafirmar o papel tradicionalmente exercido pela cidade, não por acaso chamada de Belacap, o governo Lacerda não conseguiu estabelecer os alicerces fundadores capazes de sustentar uma nova identidade política para o Rio de Janeiro, a de estado federado.

Alguns fatores, já discutidos anteriormente, podem explicar a dificuldade de Lacerda em comandar o processo de criação de uma nova estrutura política na Guanabara, a começar por seu estilo de "tribuno", que se refletia em impaciência para com a atividade rotineira e cotidiana requerida para a constituição de uma estrutura político-partidária nova e duradoura. A essa impaciência de "trator", que ameaçava tanto rivais quanto possíveis aliados, juntava-se a "ausência" do mediador, daquele que deveria ser o fiel dos acordos políticos.

Por outro lado, como principal liderança civil anticomunista, Lacerda se tornou um dos pólos do debate político-ideológico que marcou o início dos anos 60, o que certamente favoreceu a nacionalização dos conflitos locais, trazendo para o debate político uma forte carga de radicalização. Um bom indicador do vigor dos tradicionais componentes do campo político carioca foi o lançamento da candidatura do ex-governador gaúcho, Leonel Brizola, a uma vaga na bancada federal da Guanabara nas eleições de outubro de 1962. Menos do que a indicação de representantes no Congresso Nacional, o que então mobilizou o

eleitorado carioca foi a disputa entre esses dois políticos que polarizavam o cenário nacional.

Se o perfil político de Lacerda não o credenciava para a delicada tarefa de montar uma estrutura de estado na Guanabara, é preciso levar em conta também o peso da atuação do governo federal nesse espaço político. Desde a campanha para o governo estadual, Lacerda vinha lançando mão do que se pode chamar de *estratégia da ameaça* (Motta, 1997b), acenando freqüentemente para a probabilidade de intervenção do governo federal na ex-capital. Embora apresentada com uma embalagem diferente, já que juridicamente a Guanabara era um estado autônomo protegido pelas disposições constitucionais, a possibilidade de intervenção, profundamente enraizada na memória política carioca, era ainda um elemento fundamental na estruturação do seu campo político.

Ao longo de 1963, *pari passu* ao acirramento do debate político-ideológico, as crises entre os governos federal e estadual se agravaram e, em pelo menos quatro momentos, o fantasma da intervenção foi claramente acionado contra a Guanabara (Motta, 1997b:21-28). Para o governo federal, também, a Guanabara era um *estado-capital*; aliás, mais capital do que estado.

Com a promessa de levar o exemplo da Guanabara para todo o país, Lacerda buscava recuperar a tradição política e administrativa da ex-capital federal. Ao imprimir como marca de sua candidatura o repúdio ao "provincianismo", pretendia se apresentar como herdeiro da tradição dos "políticos da capital", que sempre teriam colocado os "grandes interesses nacionais" acima das "pequenas demandas locais".[8] A Guanabara, como *estado-capital*, deveria continuar a ser a vitrine da nação.

Chagas Freitas, como foi indicado anteriormente, deixou de lado o projeto, caro a

Lacerda, de manter a *capitalidade* de fato da Guanabara, e preferiu investir na sua consolidação como mais um estado da federação. Contribuíram para esse projeto, por um lado, as pressões do regime militar, interessado em retirar definitivamente da cidade do Rio de Janeiro os atributos de capital e transferi-los para Brasília. Não por acaso, no período correspondente ao governo do general Médici (1969-1974) foi feita a transferência dos principais órgãos decisórios do Estado para o novo Distrito Federal. Foi também a partir desse momento que Brasília passou a exibir alguns marcos simbólicos representativos do poder central. O chamado "Forte Apache", edifício que abriga o Quartel-General do Exército, e onde se costumava reunir o alto comando dessa força para decidir os rumos do país, talvez possa ser considerado um dos símbolos mais significativos da função de capital a partir de então atribuída a Brasília.

Podemos considerar, no entanto, que foi o perfil político de Chagas Freitas, mais à vontade na estruturação do poder local do que na ocupação de espaços no panorama nacional — o qual, aliás, se encontrava em grande medida vedado aos políticos, especialmente ao único governador do partido da oposição — o principal fator propulsor da estadualização da Guanabara no início dos anos 70. A facilidade em lidar com as "pequenas demandas locais", associada a um indisfarçável constrangimento em tratar dos "grandes interesses nacionais", transparece com nitidez em vários depoimentos:

> [Chagas] me dizia que nem deputado federal interessava a ele; senador muito menos. O que interessava era deputado estadual e vereador (...) Achava graça em coisas pequeninas, rindo a noite inteira com dois deputados estaduais, contando o caso do dia em que pousou o foguete na lua: eles estavam olhando para o foguete pousado na lua, quando descobriram que tinham esquecido o telefone de um chefe que tinha cem votos não sei de onde; então, todo mundo desligou a televisão para procurar o telefone do chefe que tinha cem votos. (Mello Franco apud Motta, 1999e:11)

Já foi observado que o expressivo crescimento da votação de Chagas Freitas nas

eleições de 1958 se deveu, entre outros fatores, à sua aproximação de políticos que controlavam bases eleitorais coesas e localizadas, oferecendo em troca o disputado espaço de seus jornais. Com exceção da eleição de 1962, muito polarizada ideologicamente, todas as demais ocorridas na Guanabara — 1966, 1970 e 1974 — registraram sua firme ascensão ao comando de uma rede de clientelas locais. Se essa sólida base foi, em boa medida, responsável pela extraordinária votação que obteve em 1966, em 1970 e 1974 ela significou a constituição de uma robusta e fiel bancada parlamentar, não só na Câmara dos Deputados, mas principalmente na Assembléia Legislativa, onde o MDB chegou a ocupar 75% das cadeiras (Sarmento, 1999:273). Vale ressaltar que apenas o deputado estadual Edson Khair, do chamado grupo autêntico, não seguia a orientação de Chagas Freitas.

Esse investimento prioritário na representação estadual é ressaltado nos depoimentos de políticos próximos a Chagas Freitas, que destacam o importante papel do "núcleo local" na estruturação do MDB na Guanabara (Erasmo, 1998:115). Daí, inclusive, a feliz avaliação do jornalista Rogério Coelho Neto sobre a "importância do Chagas" na política carioca:

> Chagas sabia quem era quem em Quintino, quem era quem em Bangu. Era paciente para ouvir o político, gostava de ouvir. Esse governo de bica d'água que ele fazia, como Miro definiu, era feito junto com o político que o apoiava em cada região do Rio, em cada município. As obras eram liberadas através desse político, as nomeações eram feitas através dele. Acho que a importância do Chagas estava aí, ele regionalizou. (Coelho Neto apud Ferreira, 1999:229)

Usando a metáfora empregada por Chagas Freitas para ilustrar a percepção que tinha de seu lugar no campo político carioca — "Eu não sei o que é montanha; eu sei o que é morro; nunca vi montanha; eu conheço morro" (Mello Franco apud Motta, 1999e:4) —, podemos afirmar que a conquista do "morro", ou seja, o controle da política carioca,

dependia da montagem de uma azeitada máquina político-partidária estável e duradoura sob a sua chefia.[9] Já Lacerda contava para a escalada da “montanha”, ou seja, a presidência da República, com a força de sua liderança carismática.

Carisma x máquina

Ao contrário do lacerdismo, que se sustentou na identificação pessoal e imediata com o líder carismático, o chaguismo se tornou sinônimo de uma política calcada na rotina do funcionamento de uma máquina política baseada em redes de clientela e sustentada pelo acesso a bens públicos, Indispensável para o exercício da chefia de Chagas Freitas no governo da Guanabara, a montagem dessa máquina seguiu algumas etapas. A começar pelo processo de escolha do secretariado, que resultou da combinação, em doses desiguais, de perfil de atuação, relações pessoais, pressões militares, e, por fim, porém não menos importante, de indicações oriundas de políticos pertencentes ao círculo mais interno do grupo chaguista, como Erasmo Martins Pedro e Reynaldo Santana (Motta, 1999b:145-46).

O segundo passo foi o estabelecimento de normas e critérios capazes de orientar a relação entre o secretariado e os interesses político-partidários. Mello Franco, por exemplo, enfatizou que o governador nunca lhe teria dado acesso às salas e gabinetes onde se discutia política, e nem permitido que lhe fossem encaminhadas demandas de caráter político-partidário (Mello Franco apud Motta, 1999b:146). O que foi confirmado por Erasmo Martins Pedro, ao apresentar as “razões” pelas quais Chagas Freitas optara pela estratégia de separar as duas áreas, a política e a administrativa:

> A primeira [razão] era que Chagas não queria que os deputados fossem diretamente aos secretários para pedir isso ou aquilo (...). A segunda razão é que Chagas não gostava que o secretário soubesse diretamente quem estava pedindo. Porque às vezes o secretário tinha uma idiossincrasia com a, b ou c, e começava a botar dificuldades; ou então, ao contrário, era amigo pessoal de um e o ajudava. Para evitar essas coisas, Chagas separou a política da administração. Mas é claro que isso não era absoluto. (Erasmo, 1998:152)

Se a separação entre política e administração não era “absoluta”, como admitiu o então vice-governador, absoluto deveria ser o controle exercido por Chagas Freitas sobre o MDB carioca e a Assembléia Legislativa. Desde 1969 o ingresso de novos membros no partido se fazia através de um acompanhamento cuidadoso do processo de filiação partidária. Mais rigoroso ainda era o acesso aos cargos da comissão executiva regional, que desde então se encontravam nas mãos de políticos que lhe eram fiéis. A nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 21 de julho de 1971, ao dar a qualquer membro do partido o direito de impugnar pedidos de novas filiações, bem como ao enfatizar a fidelidade partidária e o fortalecimento dos diretórios, acabou por estabelecer maior controle vertical sobre os partidos. A renovação da executiva do MDB-GB em 1972 apontou, de fato, para esse crescente controle, com a entrada de uma nova leva de parlamentares que, em larga medida, deviam o mandato ao governador (Diniz, 1982:91).

Com o Legislativo, Chagas Freitas buscou imprimir um padrão de relacionamento no qual a palavra de ordem era a rápida aprovação dos projetos do Executivo. Para tanto, contava com a atuação do presidente eleito da Casa, deputado Pascoal Citadino, por quem tinha grande “apreço e confiança”, e a quem garantiu desejar “manter o diálogo o mais cordial possível com o Poder Legislativo”. Esse “diálogo cordial” foi de fato mantido, e Chagas Freitas conseguiu, com base em uma “maioria massacrante”, aprovar todos os seus projetos por larga margem de votos (Mello Franco apud Motta, 1999e:14).

Essa fidelidade à orientação do governador não advinha apenas da rígida legislação eleitoral então vigente, que punia com a cassação do mandato o parlamentar que votasse contra a orientação partidária. A aglutinação dos parlamentares emedebistas em torno da chefia de Chagas Freitas foi o resultado de um bem-sucedido trabalho de articulação de

várias redes de clientela, estruturadas em torno de políticos que controlavam suas respectivas áreas de atuação, e tecidas com os fios da tradição familiar, da política de bairro e da vinculação com grupos religiosos e corporativos.

Formou-se, assim, uma complexa rede clientelista, na qual o deputado, articulando um sistema baseado em uma teia de obrigações recíprocas, se tornava o mediador dos moradores de bairros, dos membros de corporações e de grupos religiosos junto à máquina governamental. Fundamentalmente em função do uso eficaz dos recursos de poder de que dispunha no Executivo, Chagas Freitas pôde articular essas várias redes e transformá-las no principal motor do que se convencionou chamar de “máquina chaguista”.

Se a força do chaguismo se assentou na sua capacidade de agregar pessoas e interesses comuns em torno de uma azeitada máquina política, suportada, é verdade, pelo expressivo patrimônio de poder então acumulado no Executivo estadual, o segredo do lacerdismo residiu nas emoções que Lacerda era capaz de despertar em seguidores apaixonados e rivais empedernidos. Ser lacerdista ou anti-lacerdista significava compartilhar sentimentos de pertencimento a grupos que se definiam pela comunhão de valores, representações e atitudes em relação à figura carismática de Carlos Lacerda. Desse modo, se para entender o chaguismo é preciso dissecar a montagem de uma máquina política, para se chegar ao lacerdismo torna-se necessário analisar o processo de construção do carisma, que se sustenta, entre outros, no reconhecimento do e na submissão ao valor extraordinário de uma pessoa dotada de características inacessíveis à maioria dos mortais (Weber, 1971).

A força da oratória é uma dessas características especiais, já que através da palavra se opera a comunhão entre o líder carismático e a massa, que nele encontra sua face. O

poder de sedução da fala de Lacerda, já ressaltado anteriormente, parece renascer através do depoimento emocionado de Raul Brunini, ao contar como o então candidato a goveranador domou o rebelde diretório acadêmico dos estudantes de direito:

> Eu assisti coisas memoráveis do Lacerda. Lá no CACO, por exemplo, ele foi convidado, e lá foram vários outros candidatos. Ele ficou meia hora sem poder falar, ele ficou esperando, esperando, até que o pessoal cansou. Ele começou a falar, e daí dois minutos estava sendo aplaudido". (Raul Brunini apud Motta, 1997c:117)

O poder de comunicação de Lacerda não se restringia, no entanto, à sua presença ao vivo. A televisão, meio de comunicação ainda novo no Brasil do final dos anos 50, foi o veículo preferencial de Lacerda para as suas manifestações políticas. A imagem viril e vibrante, associada a uma oratória inflamada, apaixonavam especialmente o emergente eleitorado feminino, que a oposição ironicamente chamava de as "mal-amadas do Lacerda".

Um outro componente do carisma de Lacerda, o da personalização da administração pública, se mostra com clareza no episódio da demissão do secretário de Obras, Alcides Laviola, seu amigo de infância e um dos primeiros indicados para o secretariado do governo da Guanabara. Essa demissão, ocorrida logo depois da posse, pode ser considerada um marco na construção da imagem do administrador Lacerda como o "implacável" cobrador de erros e "incansável" tocador de obras. Narrado em detalhes, o episódio aparece no depoimento de Raul Brunini como exemplo paradigmático daquele que seria o estilo de Lacerda de administrar:

> O maior exemplo está na demissão do secretário de Obras, que era seu amigo de infância. Um temporal inundou as bombas do Guandu, e Lacerda cobrava providências ao secretário. Passaram-se os dias, e nada se resolvia (...). Lacerda acampou no Guandu, e só saiu de lá depois de deixar as bombas funcionando. Dormia até lá. (Brunini apud Motta, 1997c:118)

Esse acentuado viés personalista de Lacerda se fez presente no processo de escolha

dos secretários de seu governo, uma vez que preferiu deixar de lado qualquer nome que com ele pudesse vir a disputar a cena política, mesmo à custa de apoios relevantes. Igualmente movido por critérios que privilegiavam a identificação personalista, Lacerda optou por políticos de sua "confiança", em detrimento da disposição de incorporar quadros partidários. Esse estilo de liderança carismática dificultou a relação do governador com o seu partido, e, por consequência, complicou a criação de uma nova estrutura político-partidária na Guanabara, capaz de substituir aquela herdada do antigo Distrito Federal. Eleito governador, buscou montar dentro da UDN carioca um grupo político formado basicamente por deputados de primeiro mandato, isolando os mais experientes e que conheciam melhor os meandros da máquina partidária, em favor daqueles que lhe dedicavam fidelidade pessoal. Diferentemente dos "chaguistas", cuja identificação com Chagas Freitas resultava de sua posição como patrono-mór de uma máquina política, os "lacerdistas" mantinham com Lacerda uma relação de identidade pessoal. (Motta, 1997).

Apostando no carisma pessoal e intransferível como principal elemento para conquistar a "montanha", Lacerda não conseguiu incorporar tradicionais lideranças locais do antigo DF, e nem favorecer a emergência de novos quadros políticos na Guanabara. Na medida em que a administração personalizada se tornou a principal mola propulsora da sua campanha rumo ao Palácio do Planalto — afinal, tinha que provar que além de temido demolidor de presidentes era um competente construtor de estados — o governador buscou capitalizar, de maneira personalista, todas as obras espalhadas pela Guanabara. Desse modo, enquanto Chagas Freitas, no intuito de azeitar a máquina, procurava deixar todos "satisfeitos", distribuindo as benesses políticas oriundas da inauguração de escolas e praças, Lacerda, ao personalizar a administração, tirava dos políticos a principal moeda de

troca com os seus eleitores.

Entre o verso e o reverso

A memória da *capitalidade*, ou seja, da função de representar a unidade e a síntese da nação, continua sendo um elemento fundamental da identidade política do Rio de Janeiro. Ser carioca, como diz o atual prefeito, Luiz Paulo Conde, significaria obrigatoriamente "pensar grande", o que se pode traduzir como uma atualização da tradição da cidade de ser a "cabeça do país", e, portanto, de desprezar a "política miúda". Lacerda, o político carioca de maior prestígio no cenário nacional, "pensava grande",[10] porque reuniria os valores clássicos de um "político da capital": líder personalista e carismático, de oratória brilhante e de visão nacional. Em termos de organização político-administrativa, sua atuação teve como conseqüência a transformação da Guanabara em um *estado-capital*, mantendo-se a tensão e a ambigüidade características da política do ex-Distrito Federal. Esse projeto, que resultou, como vimos, da combinação de interesses pessoais, de conjunturas políticas próprias e do peso da tradição centenária da cidade, colocou Lacerda como a efígie do verso da política carioca.

Já Chagas Freitas tornou visível *uma outra face* da política carioca, aquela ligada à constituição de redes clientelísticas de bases locais, que não se coaduna, no entanto, com a imagem construída do Rio de Janeiro como espaço-síntese da nacionalidade. Discreto e reservado, mais afeito às conversas ao pé do ouvido do que aos discursos no palanque, à vontade na manipulação dos meandros da política local, porém desinteressado em conquistar espaços na política nacional, Chagas Freitas reunira as condições propícias para efetivar a estadualização da Guanabara, retirando da ex-capital aquela que era a sua marca distintiva em relação ao resto do país, a *capitalidade.* Por isso mesmo, como bem notou

Mello Franco, “o Rio de Janeiro nunca o entendeu” (Mello Franco, apud Motta, 1999e:23). E nem o perdoou, podemos completar. Com a abertura política e a volta das eleições diretas para o governo estadual em 1982, os cariocas infringiram a Chagas Freitas uma dura derrota, conferindo ao seu candidato, Miro Teixeira, o modesto índice de 14% dos votos, em contraposição aos 44% conferidos a Leonel Brizola, trazendo de volta ao Palácio Guanabara um líder carismático, personalista e nacionalizador (Freire, 1999:245). Depois, relegaram-no ao esquecimento, como um reverso da moeda que existe, mas que ninguém quer ver.

A tensão entre essas duas faces da política carioca, representadas pela disposição de manter o Rio de Janeiro como “caixa de ressonância nacional” em contraposição ao investimento na sua relação com o interior do estado, deixa à mostra a ambigüidade que continua marcando a identidade política da cidade. As cartas estão na mesa, indicando que o jogo ainda não acabou.

DEPOIMENTOS AO CPDOC
- Publicados:
José Talarico. Coordenação de Américo Freire. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1998 (série Conversando sobre Política, 1).
Paulo Duque. Coordenação de Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1998 (série Conversando sobre Política, 2).
Erasmo Martins Pedro. Coordenação de Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1998 (série Conversando sobre Política, 3).
Célio Borja. Coordenação de Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999 (série Conversando sobre Política, 4).
Hamilton Xavier-Saramago Pinheiro. Coordenação de Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999 (série Conversando sobre Política, 5).
Crônica política do Rio de Janeiro. Coordenação de Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

- Não-publicados:
Raul Brunini *Depoimento-1994*. Rio de Janeiro, História Oral/CPDOC-FGV, 1994.
Francisco de Mello Franco. *Depoimento-1994*. Rio de Janeiro, História Oral/CPDOC-FGV, 1994.

LIVROS E ARTIGOS

ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Genebra, Albert Skira, 1964.

BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. *Vingtième Siècle – Revue d'histoire*. Paris, (35). Juil.-Sept. 1992.

_____. La culture politique. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Pour une histoire culturelle*. Paris, Seuil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL, 1990.

CORBIN, Alain. Paris-province. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, Les France, vol. 1. Paris, Gallimard, 1992.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*, vol.1:1914-1960. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

FREIRE, Américo. *Uma capital para a República*, Rio de Janeiro, PPGHIS/IFCS/UFRJ, 1998 (tese de doutorado - mimeo).

_____. O governador do estado do Rio de Janeiro. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999 (coleção Perfil Político).

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. Fragmentação eleitoral e radicalização no Rio de Janeiro: impacto da política estadual na política nacional (1945-64). *Dados*. Rio de Janeiro, 30 (2), 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo:Hucitec; Brasília:INL, 1987.

MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados. In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1996.

_____. Que será do Rio? - refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo*. Rio de Janeiro, 2 (4), 1997a.

_____. *A estratégia da ameaça: as relações entre o governo federal e a Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-65)*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1997b (Texto CPDOC nº 25).

_____. As bases mitológicas do lacerdismo. In: SIMSON, Olga R. de Moraes von (org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas, Unicamp, 1997c.

_____. *O Rio de Janeiro continua sendo...: de cidade-capital a estado da Guanabara*. Niterói, ICHF-UFF, 1997d (tese de doutorado-mimeo).

_____Rumo ao governo da Guanabara. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999 (coleção Perfil Político).

_____. O governador da Guanabara. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999 (coleção Perfil Político).

_____. Carlos Lacerda, o tribuno da capital. In: FREIRE, Américo, SARMENTO, Carlos Eduardo e MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro em três perfis*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1999c (Texto CPDOC nº 35).

_____. *Guanabara, o estado-capital*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1999d (mimeo, 41 p.).
_____. *Mania de estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1999e (mimeo, 23 p.).
NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia, 1991.
PICALUGA, Izabel F. *Partidos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis, Vozes, 1980.
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Governadores-técnicos, governadores-políticos, governadores-militares. *Dados*, Rio de Janeiro, (9), 1971.
SARMENTO, Carlos Eduardo. Aprendendo o caminho. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999a (coleção Perfil Político).
_____. O deputado federal. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999b (coleção Perfil Político).
VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. São Paulo, Ática, 1986.
WEBER, Max. *Économie et societé*. Paris, Librairie Plon, 1971.

---

[1] Ver "Lacerda, administrador que todos querem imitar", *O Globo*, 1/10/1996

[2] Segundo a coluna Informe JB, o senador Antonio Carlos Magalhães teria como disco de cabeceira *Julio César*, no qual Carlos Lacerda recita textos de Shakespeare. *Jornal do Brasil*, 22/5/1999.

[3] "Presidente critica 'lacerdismo'", *Jornal do Brasil*, 1/6/1999.

[4] Já foram publicados cinco volumes da série: *José Talarico*, coord. por Américo Freire, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1998; *Paulo Duque*, coord. por Carlos Eduardo Sarmento, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1998; *Erasmo Martins Pedro*, coord. por Marly Silva da Motta, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1998; *Célio Borja*, coord. por Marly Silva da Motta, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1999; e *Hamilton Xavier-Saramago Pinheiro*, coord. por Marieta de Moraes Ferreira, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1999.

[5] Estamos tomando de empréstimo os conceitos de cidade-capital e de *capitalidade* tais como desenvolvidos por Giulio Argan em *L'Europe des capitales*, Genebra, Albert Skira, 1964. No Brasil, esses conceitos foram divulgados pela historiadora Margarida de Souza Neves em *Brasil, acertai vossos ponteiros*, Rio de Janeiro, Museu de Astronomia, 1991.

[6] Estamos usando o conceito de *campo político*, entendido por Pierre Bourdieu como "o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos...". Ver A representação política. Elementos para uma teoria do campo político, em Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, DIFEL, 1990, p. 164.

[7] Estamos empregando o conceito tal como desenvolvido por Pierre Bourdieu, para quem o *capital político* seria uma forma de capital simbólico, monopolizado por determinados indivíduos, mediante a confiança e o reconhecimento que recebe do grupo. Ver Pierre Bourdieu, op. cit., p. 187.

[8] Governo é para Lacerda plataforma eleitoral, *Tribuna da Imprensa*, 14/3/1963.

[9] A bibliografia sobre máquinas políticas tem seu principal referencial teórico no clássico trabalho de Harold Gosnell, *Machine politics: Chicago model*, Chicago, University of Chicago Press, 1968, originariamente

publicado em 1937. A caracterização da máquina política chaguista foi primeiro explorada no texto pioneiro de Eli Diniz, *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

[10] Ver a entrevista do prefeito Luiz Paulo Conde em *O Globo*, 6/6/1999.